

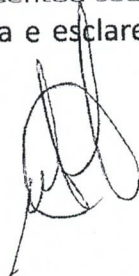
CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA - SP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

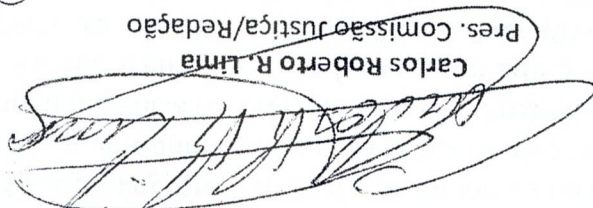
Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Igarapava, Estado de São Paulo, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Igarapava, com as presenças dos vereadores, CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA, GELIO JOSE PRECIOZO, RINALDO GROU GOBBI e CARLA ADRIANA MENDONÇA PRADO E JOSÉ AGUINALDO DE OLIVEIRA, exceção feita ao vereador LEANDRO PEREIRA GASQUI, que se ausentou, sendo membros exclusivos das Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento. A reunião contou também com a presença de Jailso Carlos Izidoro, Chefe da Secretaria, Dr. Marco Aurélio Damião, Advogado, Dra. Raissa Vieira de Gouveia e do Diretor Administrativo Dr. Aloir Alves Viana Junior e, se reuniram ordinariamente para apreciar os **Projetos de Lei 034, 035, 036, 037, 038 e 039/2022 todos do Executivo.** Abertos os trabalhos pelo Presidente Carlos Roberto Rodrigues Lima, ele nomeou a vereadora Carla para relatar todos os projetos. Pela Comissão de Finanças e Orçamento com a ausência do Presidente o Vice Presidente José Aguinaldo ficou com a relatoria dos projetos. Ao iniciarem a reunião foi mencionado a reunião que acontecerá hoje para tratarem dos **Projetos de Lei 034 e 035/2022 do Executivo**, às 15:30 horas, portanto prejudicando a análise deles nesta reunião. Ao analisarem o **Projeto de Lei 036/2022 do Executivo**, foi esclarecido que como dito na última reunião ele necessita do estudo do impacto orçamentário, o que foi pedido ao Executivo, contudo ainda não foi enviado, portanto deve aguardar essa documentação. Ato contínuo passaram a analisar o **Projeto de Lei 037/2022 do Executivo**. A advogada Dra. Raissa então apresentou seu parecer por escrito sobre ele e fez várias explicações, inclusive apontou um artigo que está em desacordo com a regulamentação federal. O Dr. Marco Aurélio também fez vários esclarecimentos sobre a matéria e sugeriu a apresentação de uma emenda ao projeto, o que foi concordado com a Dra. Raissa e também por todos os membros das comissões. Após a Relatora nos termos do art. 55, I, esclareceu que o projeto tem por objetivo a criação de normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações. Então, nos termos do artigo 55, II do Regimento Interno, a relatora pela Justiça e Redação opinou pela legalidade da matéria, também em concordância com o parecer jurídico, não viu óbices e votou pela aprovação. Em seguida, o Presidente colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do Regimento Interno, em Votação e ele foi APROVADO por todos os vereadores presentes da Comissão de Justiça e Redação. Também ficou estabelecido a apresentação da emenda pelas comissões. Pela Comissão de Finanças e Orçamento o relator afirmou também não ver óbices e nenhuma ilegalidade no projeto sob seu aspecto orçamentário e financeiro e ele poderia ser colocado em votação. Em seguida, o Presidente pela Comissão de Finanças e Orçamento colocou o parecer, nos termos do artigo 55, III, do Regimento Interno, em Votação e ele foi APROVADO pelos vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento. Continuando passaram a analisar o **Projeto de Lei 038/2022 do Executivo**. Inicialmente a advogada Dra. Raissa apresentou seu parecer por escrito. O Dr. Marco Aurélio fez alguns esclarecimentos sobre a matéria e esclareceu dúvidas

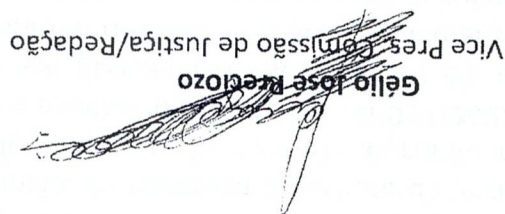


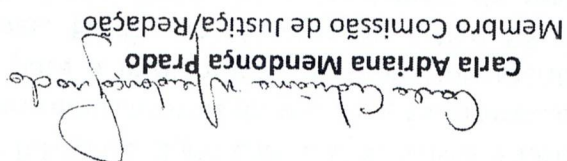
Carla A. M. Prado

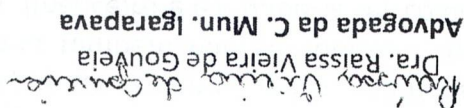


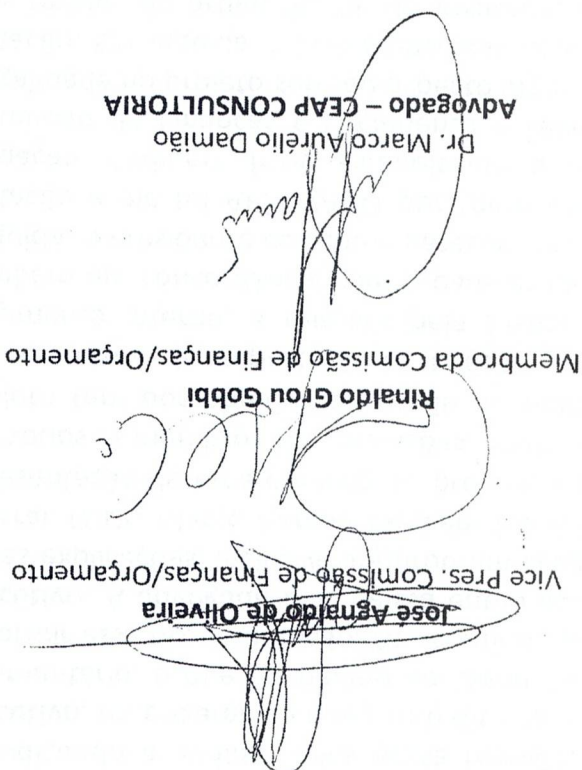
dos vereadores sobre a matéria. O Presidente Carlos Roberto então apresentou alguns pontos que ele entende devem ser melhor entendidos e estudados, gostaria de conversar com os membros do Executivo envolvidos em sua elaboração, portanto entende que o projeto deva ficar na comissão para uma melhor análise, o que foi concordado com os outros membros da Comissão de Justiça e Redação. Por fim analisaram o **Projeto de Lei 039/2022 do Executivo**, onde também inicialmente foi apresentado o parecer da advogada Dra. Raissa. Ela explicou aos vereadores que existe uma lei anterior que já trata do assunto e que já está em vigor desde o ano de 2012, inclusive entrou em contato com o Executivo e foi falado sobre o tema onde ficaram de verificar. O Dr. Marco Aurélio então explicou que devem então, aguardar esse posicionamento do Executivo, mas que assim como a Dra. Raissa se posicionou, ele também se posiciona por sua legalidade. Após nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente Carlos Roberto depois de verificar a presença dos edis que compuseram esta reunião, deu a mesma por encerrada, determinando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e APROVADA vai devidamente assinada por todos os presentes.

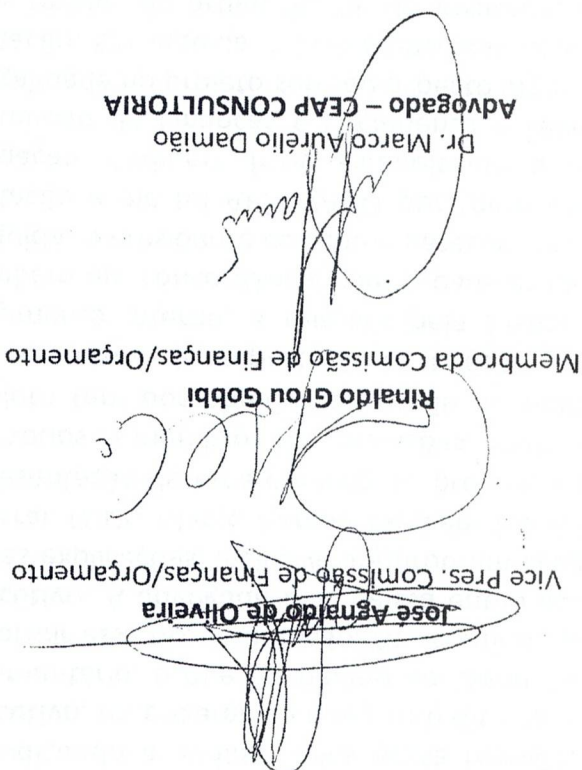

Carlos Roberto R. Lima
Pres. Comissão Justiça/Redação

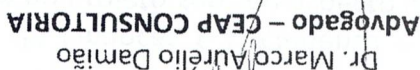

Gélvio José Renciozo
Vice Pres. Comissão de Justiça/Redação


Carla Adriana Mendonça Prado
Membro Comissão de Justiça/Redação


Dra. Raissa Vieira de Gouveia
Advogada da C. Mun. Igarapava


José Agnaldo de Oliveira
Vice Pres. Comissão de Finanças/Organamento


Rinaldo Grou Gobbi
Membro da Comissão de Finanças/Organamento


Dr. Marco Aurélio Damiano
Advogado – CEAP CONSULTORIA